



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA
DEZASSEIS DE JUNHO DO
ANO DE DOIS MIL E QUINZE.**

----- No dia dezasseis de junho do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Prof. Artur Afonso Nunes Neto Parra, senhor Fernando António da Silva Rodrigues, senhor José Manuel Caldeira Santos e Dr. Pedro Miguel de Sá Mora. -----

----- Secretariou: Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município. -----

----- E sendo nove horas e trinta minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Senhora Presidente, relativamente à questão da problemática da água, nós gostávamos de interrogar o Executivo relativamente à forma como está a ser feita sabendo nós, visto que já fomos informados numa altura de que se tratava de um problema informático que levou a que motivasse esse atraso relativamente à água, entendemos que o atraso tem uma duração muito elevada que levou a um atraso de um ano, mais ou menos, um ano de cobranças. -----

----- Neste momento que a cobrança está a ser feita, o primeiro mês ou o segundo, pelo menos temos a informação daquilo que recebemos em casa



que a cobrança está a ser feita no primeiro mês de atraso, não sei se está a ser feita também a cobrança atualizada, gostava de saber também e são muitos os Municípes que se nos dirigem relativamente a essa problemática da cobrança da água, para além de que, alguns têm dificuldades financeiras e não podem, não vão poder cumprir com um atraso tão elevado, mesmo sendo cobrado faseadamente, outros têm a informação da defesa do consumidor de que não terão que assumir dívidas para além dos seis meses em atraso. -----

----- Gostava de saber em que pé é que está essa situação, para além de que os Municípes estão a receber cartas com ameaças de cortes de água e gostávamos de um esclarecimento da senhora Presidente acerca desta situação”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Eu começo já por dizer que, realmente, isto está um ano atrasado mas que, no tempo do anterior Executivo também houve uma altura em que esteve um ano sem ser cobrada a água e não pelos mesmos motivos do que se passou agora. -----

----- Vou contar o que se passou desde o início, quando pedimos o reembolso do IVA, um dia veio uma carta das Finanças a dizer que vinha cá um Inspetor, o que é normal, quando se pede o reembolso do IVA vem cá sempre alguém fazer uma inspeção e a Dr.^a Antónia ficou muito assustada quando viu a carta porque, começou logo a dizer para mim que vão pegar connosco e eu respondi que tinha só a ver com o IVA não tinha a ver com mais nada mas, já agora o que é que se passa, ao que respondeu que nós já deveríamos ter o programa do E-faturação e não temos e eles vão pegar connosco e pegaram porque pagámos multas por causa disso e, na altura eu disse se não há temos que tratar do programa, se é necessário tem que se colocar. -----

----- Pediu-se à Medidata e, qual o meu espanto quando vem a resposta a dizer que o programa custava mil euros como já tinha sido dada a informação há dois anos atrás, o mesmo preço, eu estranhei, eu não acredito que sendo vocês do Executivo não mandassem pôr um programa por causa de mil euros, certo é que aquilo não estava implementado. -----

----- Era obrigatório porque, tem que ser enviado para as finanças toda a informação daquilo que é cobrado pela Câmara, depois os ns^o contribuintes não estão corretos e têm que estar o que deu uma trabalhadeira, juntamente com isso o problema também nos Bancos por causa de fazerem o débito direto que, já vem do Vosso tempo que andavam sempre a chatear que



devia ser feito de outra maneira e não daquela que era, tudo isso levou tempo, então em relação à Caixa ainda levou mais até que, Moncorvo já tinha isso tratado vieram aí e ajudaram-nos a colocar isso em dia. -----

----- O que eu disse foi para não cobrar a água toda às pessoas de uma vez, isso nem pensar mas, cobrar dois meses de cada vez até acertar. Já saíram dois meses mas, um de cada vez.-----

----- Vou-lhe dizer estão aí sete cartas, toda a gente pagou a água, há sete cartas a dizerem-me que não pagam a água por causa da DECO mas, há muita gente que vem pagar a água e diz que ligam para a DECO e a resposta que têm da DECO é, o melhor é pagar, depois reclamam mas, o melhor é pagar, agora a Técnica Jurista está entregue a isso, vai ver o que é possível fazer, depois tomaremos uma decisão e daremos conhecimento mas, em princípio o que está seria pagar dois meses até atualizar a água, não é nenhum problema financeiro para as pessoas. -----

----- Solicitou de novo a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente a esta questão, em primeiro lugar o Executivo cobrou a água durante seis meses depois da nossa ida embora da Câmara, portanto não pode agora vir desculpar-se com a questão do anterior Executivo porque este Executivo já está na Câmara há quase dois anos, não vale a pena continuar a bater no anterior Executivo. -----

----- Relativamente à questão da nossa forma de resolver, nós tivemos a consciência de que tínhamos que resolver e quisemos fazer o acerto através de um programa, tínhamos a consciência de que o programa não era fácil de implementar, aliás isso foi-nos dito pela Medidata, o custo não era o problema e resolvemos em primeiro lugar e, a Dr.^a Antónia estava cá e sabe, tinha esse problema em mãos, resolvemos em primeiro lugar fazer recibos que estivessem dentro da Lei e que, faseadamente depois se iria fazer o acerto da problemática do programa. -----

----- Também estamos de acordo que se faça a cobrança da água através das agências bancárias, o que é normal, no entanto, julgo que devem, isto não é no sentido de estar a querer levantar problemas, nós não estamos aqui para levantar problemas estamos para, eventualmente, ajudar a resolver os problemas dos Municípios. -----

----- Claro que isto pode vir trazer um problema legal porque vai confrontar-se com problemas daqueles que pagaram e que, eventualmente, são muitos os que pagam, com toda a certeza e todos eles sabem que devem a água, isso é natural mas, há aqui um problema de outros que se recusam a pagar e não vão pagar, eventualmente, por informação, não sei se a DECO



os informa de uma maneira ou outra, é aquilo que ouço, se eventualmente estes Municípes vierem a ter razão, relativamente à cobrança tardia porque quem está em incumprimento não são os Municípes mas é a Câmara Municipal, eu julgo que isto vai trazer problemas graves com aqueles que cumpriram e pagaram, aliás fiz a pergunta e a senhora Presidente possivelmente não a percebeu, eu perguntei se o que se está a pagar é só atrasado ou se se está a pagar já algum do atual porque é assim se, eventualmente, não se está a pagar nada do atual, se é verdade essa questão dos seis meses, continua-se a entrar em incumprimento todos os meses, todos os meses se está a entrar em incumprimento e julgo que a Câmara, pelos menos para se salvaguardar devia fazer era cobrar um atrasado se, eventualmente, o pode fazer e cobrar aquele que é o mais atrasado que será o dos seis meses porque assim conseguirá resolver uma situação que vai trazer, como eu digo, algumas desigualdades e que, possivelmente, será até uma situação sem resolução do problema, porquê? Porque alguns estão a cumprir e outros que não vão cumprir, não podem cumprir, razões várias, não é esse o problema. -----

----- Acho que se está aqui a criar um problema que não pode, de forma nenhuma, ser assacado ao Anterior Executivo, que é da Vossa responsabilidade e que o devem resolver o mais rapidamente possível, dentro da legalidade para que, se eventualmente os Municípes não têm que pagar para além dos seis meses é importante resolve-lo de uma vez por todas, se têm que pagar então aqueles que, eventualmente, estão em incumprimento têm que ser obrigados a pagar. -----

----- Agora, há uma coisa que é importante, a senhora Presidente disse que o anterior Executivo esteve também um ano, isso não é verdade, o anterior Executivo teve alguns problemas de cobranças de água que foram herdados do anterior Executivo mas, também não vale a pena estarmos a atirar com a água para cima dos outros mas, o que não há dúvida nenhuma é que tivemos que fazer um perdão de dívida exatamente para sermos imparciais e iguais para todos é disso que estamos agora aqui a falar, porque se estamos a fazer pagar a uns e vai haver outros que, eventualmente, por força da Lei ou por força da razão, não sei o que é que estão a invocar nem se são muitos ou poucos, sei é que há muitos que se dirigem a nós e dizem, então ninguém diz nada sobre a água, o que respondemos que o que sabemos é que há alguns meses em atraso por motivo do programa mas não temos conhecimento da forma como é que o Executivo está a quere resolver a situação, agora ficamos mais elucidados, alertamos que isto, de facto, pode ser um problema porque há uns que



pagam e outros não estão a pagar, a Lei daquilo que me apercebo é que ainda não me sabe dizer nada, porque está a dizer que a Dr.^a Susana irá ver, portanto eu acho que é um problema que têm que olhar de frente e resolvê-lo o mais rapidamente possível para que não haja aqui formas de pagar de Múncipes que entendem que não têm que pagar, outros que já pagaram porque são cumpridores e por ingenuidade, possivelmente e outros que, por exemplo os Múncipes das Aldeias que também não têm perdão nenhum, se vier a haver algum perdão, portanto, acho que, isto tem que ser encarado com a devida igualdade de tratamento, com muito cuidado e o Executivo tem que reconhecer que, se houve aqui falha não foi por parte dos Múncipes mas sim por parte do Executivo”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: “Quando me diz que já foi passado seis meses que parámos foi precisamente se calhar mais ou menos nessa altura do ano anterior, foi quando se parou de cobrar a água, foi quando a Dr.^a Antónia me deu conhecimento que não havia o tal E-faturação, foi mesmo nessa altura, por isso a água foi cobrada até essa altura e depois teve que se parar, porque estarmos a fazer receitas e que não é dado conhecimento às finanças isso é muito grave. -----

----- O problema começou-se a tratar e está-se a tratar, isto tinha que ser feito, levou tempo? Levou, não é possível em relação ao pagamento, do que me têm dito, porque eu também coloquei logo essa hipótese de pagarmos o mês atual e um atrasado e ia-se acertando só que, a aplicação não permite que se vá cobrar um que esteja para a frente sem estarem os de trás cobrados, agora, dependendo do que disserem, se não for possível, a Medidata tem que arranjar uma forma de se pegar na atual e depois ir buscar os que estão para trás mas, neste momento a aplicação não permite que se cobre o atual e os de trás, tem que vir sempre de trás e ir limpando. -

----- Em relação à água eu farei questão que as pessoas paguem desde que começou isto, há ali muita dívida para trás, eu tenho um apanhado de dívidas que vêm para trás e que para já eu não vou mexer nelas, é muita coisa por pagar e tenho isso comigo, na próxima reunião posso mostrar casos de pessoas que não pagaram já antes de nós virmos para aqui e, nisso nem sequer estou a pegar para já, agora o que for connosco as pessoas vão ter que pagar, se não pagarem, sinceramente, vou mandar cortar a água, se uns pagam os outros também vão ter que pagar, agora em relação a estes que pagarem e os outros que não querem pagar vamos ver o que é que dizem, depois resolvemos o assunto, nunca deixei um problema por



resolver da parte que me toca, pode custar mais ou menos mas resolvido há-de ser e as coisas vão ficar a funcionar como deve ser, como tem que ser para que não fique ninguém depois, daqui para a frente com as coisas nas mãos, é aguardar mais alguns dias para ver se a Técnica diz alguma coisa”.

----- Solicitou de novo a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Ficamos então a aguardar senhora Presidente que na próxima reunião, ou noutra, eventualmente, a seguir nos informe da situação em que se encontra, sendo certo que achamos que, a forma como os Municípes receberam as cartas para pagamento não é a melhor forma porque estão a ser ameaçados do corte de água sem que o Município, agora ficámos a saber, tenha ou não a informação de que eles têm ou não têm que pagar a água”. -----

----- Respondeu a senhora Presidente da Câmara referindo que a informação que tem é que os Municípes têm que pagar a água”. -----

----- Usou de novo da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “A senhora Presidente disse-nos que está ainda nas mãos da Técnica Jurista de saber se, eventualmente, os Municípes têm ou não têm que pagar a água por isso eu digo que é lamentável que os Municípes tenham sido confrontados com uma carta, ameaçando-os do corte de água sem que a Câmara tenha a certeza se em termos de legalidade estão ou não estão a cumprir”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Pagar a água devem ter que a pagar se não eu também ficava muito satisfeita em relação à dívida da Câmara, tudo o que tivesse mais de seis meses e fosse prestação de serviços não tínhamos pago nada”. -----

----- Usou de novo da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Não tem a ver com prestação de serviços, tem a ver com fornecimentos, os fornecimentos têm uma Lei específica e uma defesa do consumidor, aliás sabe que há empresas que têm a ver com fornecimentos, isso é outra questão, que se protegem e quando há uma dívida para além dos dois anos, que é aquilo que é de Lei, que vai prescrever, eles antes de fazer os dois anos mandam sempre para que as entidades reconheçam que são devedores e, a partir daí continua em dívida esse fornecimento desde que a entidade o reconheça, caso contrário, metem



as injunções se a Câmara ou outro devedor não reconhecer a dívida, é assim que as coisas se processam. -----
----- Em termos de defesa do consumidor eu não tenho a certeza do tempo que é, se são seis meses ou um ano, por isso é que fiz esta pergunta pensando eu que a Câmara estaria devidamente informada acerca disso, não está, esperamos, aguardamos que nos esclareçam desta situação para que os Municípios que se dirigem a nós possam ser informados e também a Câmara possa desfazer essa ameaça de que será cortada a água àqueles que não pagaram”. -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia quinze do mês de junho do ano dois mil e quinze que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Quinhentos e dezoito mil, duzentos e noventa e um euros e oitenta e nove cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Cento e setenta e oito mil, duzentos e quatro euros e setenta e nove cêntimos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no dia dois de junho do ano de dois mil e quinze, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----
----- O Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos absteve-se em virtude de não ter participado na reunião a que a mesma se reporta. -----

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL DECISÕES



----- Despacho datado do dia dois de junho do presente ano que aprovou a quinta alteração ao Orçamento da Despesa para o ano de dois mil e quinze. -----

----- Despacho datado do dia dois de junho do presente ano que aprovou a quarta alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e quinze. -----

----- Despacho datado do dia dois de junho do presente ano que aprovou a segunda alteração ao Plano de Atividades Municipal para o ano de dois mil e quinze. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, ratificar os despachos em apreço. -----

06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS

----- **COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO DE LAGOAÇA – LICENÇA ESPECIAL DO RUÍDO:** Presente um requerimento subscrito pela Comissão de Festas em Título referenciada solicitando a concessão da Licença Especial do Ruído para a realização das Festividades em Honra de Santo António de Lagoaça. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em apreço. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **PROPOSTA DE SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA PARA O ANO DE 2015:** Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta de segunda revisão ao Orçamento da Receita para o ano de dois mil e quinze e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.



----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, aprovar a proposta em apreço. -----

----- PROPOSTA DE SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO DE 2015: Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente uma proposta de segunda revisão ao Orçamento da Despesa para o ano de dois mil e quinze e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas.

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, aprovar a proposta em apreço. -----

----- BAIRRO SOCIAL – FOGO N.º 14 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO: Presente a informação número cento e quarenta e dois, datada do dia quatro de junho do presente ano, subscrita pela Técnica Superior Dr.ª Telma Redondo propondo que o Município de Freixo de Espada à Cinta celebre contrato de arrendamento do fogo n.º 14 sito no Bairro Social ao senhor Adriano Augusto Sapage Andrade. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Em relação à atribuição desta habitação social cumpre-me apenas dizer que é o culminar de um processo que tem a ver exatamente com a justiça da atribuição das moradias àqueles que, pese embora seja uma moradia social, tem a ver com necessidades, há aqui uma componente que sempre interpretámos e sempre quisemos ser justos pelo facto de que esta habitação social tem a ver com uma contrapartida de um terreno que na altura a Câmara doou, pelo menos fez uma venda simbólica, de um terreno que depois foi objeto de negociação por parte do Executivo na altura para que essas pessoas a quem foi atribuído um terreno na casa que na altura se chamava dos Retornados e que tem que ter uma componente diferente da atribuição das outras habitações sociais porque tem este problema de cedência do terreno por parte desses moradores à Câmara. -----

----- Quisemos sempre resolver a situação e lamentamos a forma como algumas pessoas falharam neste processo, não falo de funcionários, estou a falar de familiares que, eventualmente, se disponibilizaram para que este



processo tivesse por atribuição à pessoa que, eventualmente, era vontade da senhora que era titular da habitação. -----

----- Hoje, depois de consultada a família estamos convictos de que se estará a fazer justiça e que a pessoa que falhou, o que foi o nosso principal objetivo que era que a pessoa que falhou não usufrísse de uma coisa para a qual se tinha comprometido e ficamos hoje satisfeitos porque é um elemento da família que vai ficar com a habitação, sendo certo que, não sei se vai ficar por compra ou agora neste período tem que ser por renda mas, julgo eu que terminará pela aquisição da habitação social. -----

----- Portanto, nós neste processo e atendendo a que a família, um dos herdeiros diretos está a ser contemplado e por anuência dos outros também vamos votar favoravelmente esta atribuição porque entendemos que é de justiça porque sempre fizemos para que todos os herdeiros se entendessem para que a habitação ficasse na família como era intenção da mãe. -----

----- Eu como Ex-presidente da Câmara e que, eventualmente, liderei este processo fico satisfeito porque tudo fiz para que tudo se fizesse ainda antes da morte da mãe e tudo se tivesse resolvido sem haver este processo complicadíssimo porque as pessoas não cumprem, não assumem aquilo com que se comprometeram e depois dá nesta situação, portanto ficamos satisfeitos e votamos favoravelmente”. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta em apreço. -----

----- **FUNDO DE REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL – MAPA RELATIVO A ABRIL E MAIO 2015 – AFETAÇÃO DOS RECURSOS – ARTIGO 67º DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento do Fundo de Regularização Municipal, Mapa relativo a abril e maio de 2015, afetação dos recursos, artigo 67º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. -----

----- **APROVAÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA TRANSFRONTEIRIÇA MESETA IBÉRICA – TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da aprovação da Reserva da Biosfera Transfronteiraça Meseta Ibérica. -----



----- Seguidamente usou da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente a esta aprovação da Reserva da Biosfera da Meseta Ibérica é sabido que nós não votámos favoravelmente esta adesão e não votámos exatamente pelos receios e pela experiência que no passado tivemos de algumas situações, como é o caso do Parque Natural do Douro Internacional. -----

----- Quando as coisas são para serem aprovadas toda a gente se compromete e toda a gente diz que não vai haver restrições nem problemas nem obrigações para os Municípios. Nós entendemos e sempre foi a nossa posição de que, esta Reserva da Biosfera, independentemente, daquilo que alguns possam querer fazer passar vai trazer mais problemas do que benefícios, foi sempre esse o nosso entendimento, foi sempre o entendimento de outros Executivos que possivelmente hoje já não estão a liderar os Municípios mas, esperamos bem que ela traga mais benefícios do que problemas principalmente para os Municípios porque, se trouxer benefícios para os Executivos e eles não se traduzirem em benefícios para os Municípios era preferível que não se tivesse aderido mas, damos o benefício da dúvida, gostaríamos que fossemos informados sempre que houvesse um benefício para o Município e também para os Municípios por parte da senhora Presidente, sendo certo que é nossa convicção de que vai trazer mais obrigações do que proveitos”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Na parte que toca ao Executivo nós a informação que tivemos e fizemos guerra até ao fim, os quatro Municípios do Parque, realmente só se aceitou porque tivemos a garantia por parte do Secretário de Estado e do ICNF de que não haveria nada mas, também é assim, o que ficou lá é que nós saímos a qualquer momento se as coisas não correrem bem nós podemos sair portanto não há compromisso nenhum. -----

----- O que nos foi dito é que as imposições já nós as temos com o Parque e só essas, não viria nada mais, o que regula é o Parque que está a ser revisto e só em dois mil e dezasseis é que estará concluída a revisão conforme informação do Secretário de Estado e esperemos que fique melhor”. -----

----- Usou de novo da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente a essa situação a senhora Presidente diz isso, não há motivo, para já porque o tempo será testemunha, no entanto, julgo que o Município de Freixo não aderiu à ZASNET o que significa que



esta Reserva da Biosfera, possivelmente, vai ter benefícios sempre através da AECT, não estando a Associação de Municípios do Douro Superior e consequentemente o Município de Freixo metido na ZASNET eu não percebo como é que se vai tirar benefícios de uma coisa que tem que ser através dessa Associação”. -----

----- Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Isto funciona à parte porque isto são todos os Parques Naturais que estão incluídos nesta Reserva da Biosfera e não quer dizer que façam parte da ZASNET. -----

----- Agora, na Associação do Douro Superior, a Associação é que foi fundadora com os Municípios que pertenciam e nesta última reunião tivemos conhecimento nos de que a ZASNET está a pedir à Associação o pagamento da cota que não foi paga pela Associação, os Municípios puseram lá o dinheiro e a Associação não fez o pagamento à ZASNET”. ---

----- Usou de novo da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente a essa situação de a senhora Presidente dizer que são os Parques que estão envolvidos não, não são os Parques Naturais que estão envolvidos são os Municípios que fazem parte da Douro Superior, da Terra Quente e da Terra Fria e a candidatura foi feita exatamente pela ZASNET não tem nada a ver com os Parques Naturais porque é assim, os Parques Naturais que aqui estão envolvidos é o do Douro Superior e o de Montesinho”. -----

----- Respondeu a senhora Presidente que todos os Parques da Rede Natura estão envolvidos e da parte espanhola era uma parte muito grande que eles obrigaram a diminuir”. -----

----- Usou de novo da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Estes Parques têm a ver com a área geográfica dos Municípios envolvidos. -----

----- A minha dúvida não é essa, a minha dúvida é, sendo a ZASNET AECT que fez a candidatura, os projetos que, eventualmente, venham a ser contemplados e todas as ações que têm a ver que todas as candidaturas têm ser feitas através da ZASNET como é que a Associação de Municípios do Douro Superior não sendo membro da ZASNET vai conseguir fazer as candidaturas, essa é a minha dúvida, foi sempre e acho que deve pugnar por



questionar como é que isso se vai processar porque, eu não tenho duvida que qualquer candidatura a esta Reserva tem que passar pela ZASNET”. ---

----- Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Só que o problema é que a Associação está neste momento com a ZASNET como estava o Município de Miranda com a Associação, a mesma coisa, a Associação quis sair da ZASNET mas continua lá como um dos fundadores da ZASNET”. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram doze horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

----- E eu, Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

A Coordenadora Técnica